

CRIME AMBIENTAL

Megadesastre ecológico no Brasil

Em torno de 15.000 litros de endossulfan se derramou nun rio que passa por tres estados densamente povoados.

Na madrugada de 18 de novembro de 2008 ocorreu um acidente com um caminhão da empresa agroquímica Servatis, derramando em torno de 15.000 litros de endossulfan, inseticida organoclorado extremamente tóxico, no rio Pirapetinga, em Resende, região sul fluminense do estado do Rio de Janeiro (Brasil). O efeito imediato e evidente foi a mortandade de milhares de peixes, aves, e mamíferos silvestres, terrestres e aquáticos. O rio Pirapetinga é afluente do Paraíba do Sul, um importante rio que recorre vastos territórios dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Neste último estado é a única fonte de água para 37 municípios.

Os técnicos da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) descobriram que a capacidade do caminhão tanque, do qual se derramou o inseticida durante a descarga do produto, era de 30 mil litros. Há uma semana do tombamento somente 12 mil litros haviam sido recolhidos, misturados com água de chuva, no dique de contenção da empresa. Segundo a FEEMA, tomando em conta os danos causados ao rio Paraíba do Sul, o derrame havia sido bem maior que o estimado inicialmente: até 10 vezes mais que os 1.500 litros que declarou a empresa Servatis.

O produto endossulfan é um tóxico bioacumulativo, altamente persistente no ambiente. Nos seres humanos atua no sistema nervoso central, pode provocar nascimento de bebês com más formações congênitas - como ficou demonstrado em outro desastre ecológico ocorrido em Kerala, Índia -, câncer e infertilidade, entre outras graves conseqüências.

A mancha tóxica que se estendeu pelo rio Paraíba do Sul, contaminando suas águas, coloca em risco em torno de 12 milhões de pessoas que habitam a ampla zona próxima a este rio de 1.120 km de extensão. Em cidades como Campos, Cambuci, Itaocara, Volta Redonda, Barra Mansa, Porto Real, Barra do Piraí, Pinheiral e Quatis se teve que suspender durante vários dias o abastecimento de água para a população. Cerca de 74 mil pessoas foram diretamente prejudicadas, e um total de 8 mil estudantes ficaram sem assistir as aulas.



Acima: peixes mortos. Abaixo: Sensibilizado, o professor e pesquisador do Cefet, Ricardo Terra faz do remo, uma enxada para preparar um enterro digno para a capivara morta pela poluição do rio Paraíba do Sul.

Também se proibiu a pesca e consumo de peixe. Somente em um dia se recolheram 5 toneladas de peixes mortos. A mortandade de peixes se explica porque, segundo os técnicos, a água analisada após o acidente continha 70 microgramas de endossulfan por litro, em circunstâncias que o limite máximo de resíduos permitidos para peixes é de apenas 0,2 microgramas por litro. O limite máximo de tolerância de resíduos de endossulfan para os seres humanos é de 20 microgramas por litro.

“Está uma visão pavorosa. O impacto é brutal”, afirmou o presidente da Agência do Meio Ambiente de Resende, Luis Felipe César, ao ver a mortandade de peixes e o avanço da mancha tóxica.

Dias depois a Fundação Estadual do Meio Ambiente informou para a população que o nível de resíduos na água e no interior do Rio de Janeiro era aceitável e que se podia consumir sem prejuízo para a saúde. No entanto, investigações posteriores alertaram sobre maiores consequências do derramamento, que alguns qualificam como um “megadesastre ecológico”. A periculosidade do endossulfan é conhecida em todo o mundo. Por isso está proibido na União Europeia, Camboja e Filipinas. Ademais, o Convênio de Estocolmo sobre Contaminantes Orgânicos Persistentes (COPs) estuda sua proibição em todos os países que fazem parte deste acordo internacional.

A empresa multada

A secretária estadual do Meio Ambiente, Marilene Ramos, acusou a empresa Servatis de atuar de maneira irresponsável e de má fé ao deixar abertos diques de contenção de resíduos e não informar imediatamente. A empresa violou a licença outorgada e foi penalizada pela Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA), da Secretaria de Meio Ambiente com uma forte multa de 33 milhões de reais (mais de 12 milhões de dólares).

Marilene Ramos explicou que esta multa não foi mais alta devido unicamente a crise da empresa. “A multa máxima para este crime é de 50 milhões de reais – declarou -. O acidente foi muito grave: teve mortandade de peixes e animais, além de problemas de falta de água em várias cidades. Teve, além disto, o agravante de que eles omitiram informar sobre o vazamento. Mas na lei diz que se deve levar em conta a situação econômica do infrator. Como a Servatis está em má situação, não aplicamos a multa máxima”.

Os funcionários do Estado temiam que a indústria, que já estava passando por problemas financeiros, “feche as portas” devido ao valor da multa. Três meses atrás a Servatis já havia sido multada por contaminar o rio.

Desastre ambiental

A onda tóxica do inseticida endossulfan contaminou o rio Paraíba no pior momento, durante o fenômeno da migração reprodutiva, quando os peixes sobem pelo rio a desovar, como informou uma matéria publicada no diário “O Globo”.

Segundo o biólogo Guilherme Souza, diretor técnico do Projeto Piabanha - a maior iniciativa de conservação das existências pesqueiras da bacia -, esta lamentável coincidência multiplicou o número de peixes mortos no Paraíba.

O biólogo estima que as 80 espécies que habitam o rio ficaram gravemente afetadas. A contaminação causada durante o período migratório, explica, comprometerá durante três anos a reprodução dos peixes na região.

“Os cardumes receberam toda a descarga tóxica quando subiam o rio. Abrimos 70 exemplares mortos das espécies com valor comercial e todas estavam cheias de ovos. Provavelmente a desova aconteceria entre natal e Ano Novo. Como os grandes peixes tardam em se reproduzir, teremos um índice de reprodução baixíssimo durante os próximos três anos. Jamais vimos uma situação tão dramática”, afirma Guilherme, explicando que o veneno não dizimou toda a biota devido a que alguns peixes fugiram para os rios Muriaé e Pomba, afluentes do Paraíba.

A Secretaria do Meio Ambiente do estado vai elaborar um documento sobre o impacto causado nos peixes do Paraíba do Sul e estuda com o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais) a necessidade de estabelecer um período de vedação (proibição temporária de pesca) devido a emergência, para favorecer o restabelecimento das espécies afetadas. Também se criaria um fundo de ajuda para os pescadores, já que ficaram impossibilitados de realizar as atividades que lhes proporcionam o sustento.

O presidente da Comissão de Defesa do Meio Ambiente, deputado estadual André do PV, apresentou uma denúncia criminal contra a indústria química Servatis. A denúncia contém toda a documentação sobre o acidente, com fotos, informação completa sobre o produto endossulfan e seus efeitos no meio ambiente e nos seres humanos.

Por sua vez, a Associação de Pescadores de Campos anunciou que fará exigências a empresa Servatis pelo vazamento do inseticida e suas consequências ecológicas, econômicas e sociais.



O professor do Mestrado em Engenharia Ambiental do Cefet Campos, Ricardo Terra mostra algumas das variadas espécies atingidas pela poluição produzida pela empresa Servatis, na foz do rio Paraíba do Sul. Ao fundo, o nosso Fabiano Sepé não acredita no que vê.

Pronunciamento de RAP-AL

Em relação a este desastre, Jaime Weber, de CAPA (Centro do Apoio ao Pequeno Agricultor), coordenador nacional da RAP-Brasil, declarou: "O derramamento de endossulfan provocou uma tragédia de enormes proporções ao meio ambiente. Matou animais ribeirinhos que se alimentam de peixes, sem falar da variedade de espécies de peixes que vivem no rio. Afetou diretamente o ambiente, e não somente no momento da tragédia. Certamente este produto seguirá provocando sérios desequilíbrios ambientais nas próximas décadas. A população ribeirinha, que tem a pesca como alimento e fonte de trabalho e renda, sofrerá por muitos anos. Enfim, é uma tragédia em que não se pode dimensionar os danos reais que estão ocorrendo e os que acontecerão no futuro. Nesse sentido, o estado do Rio de Janeiro e a sociedade em geral devem tomar medidas drásticas considerando os prejuízos causados e as conseqüências futuras. O fechamento da fábrica é o mínimo que se deve fazer, como também é imprescindível reparar os danos ambientais e sociais com urgência e com justiça".

Por sua vez, a Coordenação Regional da RAP-AL advertiu sobre as características do Endossulfan que explicam seu enorme impacto no ambiente. Por ser bioacumulativo, afeta a outras espécies incluindo os seres humanos, persiste no ambiente dado que é resistente a degradação, de maneira que as populações diretamente afetadas, e aquelas onde se arrastam metabólitos do produto, verão comprometida a sua saúde durante vários anos.

"Demandamos a eliminação do endossulfan e exigimos o estabelecimento de planos de biomonitoramento para todas as espécies da região afetada por esta catástrofe, seguindo o critério das cadeias tróficas, e a realização de investigações epidemiológicas com participação das comunidades para avaliar o aparecimento de novas enfermidades, assim como o recrudescimento das já existentes, e realizar um acompanhamento planejado sobre o estado geral de saúde da população que vive, utiliza água para beber e se alimenta de espécies vegetais e animais que certamente já estão contaminadas".



Fontes: Revista "Somos" Nº 73, 30 de novembro de 2008. "O Globo", 26 de novembro de 2008

www.globo.com Prensa Latina: www.prensa-latina.cu/article.asp

Fotos: http://luizfelipemunizdesouza.zip.net/arch2008-11-16_2008-11-30.html

Traducción: Graciela Carbonetto

Red de Acción en Plaguicidas y sus Alternativas para América Latina (RAP-AL)
<http://www.rap-al.org>